



PORTUGAL DEMOCRATICO

EDIÇÃO EXTRA

ANO XII — N.º 133 — S. PAULO, SETEMBRO DE 1968 — REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191 — SALA 2 — CAIXA POSTAL 6248

O DESAPARECIMENTO DE SALAZAR PELA DESTRUIÇÃO DO ESTADO FASCISTA PORTUGUÊS



SALAZAR
autor de incontáveis crimes

I — O desaparecimento de Salazar da cena política portuguesa veio colocar os democratas portugueses do Brasil perante uma situação que, embora há muito prevista, é inteiramente nova.

Não têm os antifascistas portugueses exilados no Brasil a pretensão de dar lições às forças políticas democráticas que

em Portugal se vêm batendo há mais de 40 anos contra o regime de obscurantismo e terror em cujo vértice se encontrava o homem cujo fim abala neste momento os alicerces da ditadura. Os signatários deste documento sempre sustentaram, pelo contrário, que a direção da luta contra o Estado fascista compete às forças e elementos democráticos que se acham em Portugal. Mas, justamente porque sempre defenderam a necessidade de uma forte unidade entre todas as forças, correntes e personalidades que enfrentam o fascismo e porque, neste instante, importa, como em nenhum outro, que as decisões coletivas do campo antifascista reflitam um pensamento e uma linha de ação que sejam o denominador comum da totalidade das forças democráticas que jamais pactuaram com o regime, sentem-se os democratas portugueses do Brasil no indeclinável dever de se dirigirem ao Povo Português e, muito especialmente, aos seus companheiros do Interior, a fim de definirem com clareza a sua posição perante a conjuntura criada pelo desaparecimento de Salazar.

II — Em primeiro lugar, alertam a opinião pública nacional para os objetivos evidentes da campanha de exploração sentimental montada em torno do desaparecimento de Salazar. A glorificação da imagem do ditador constituiu uma clara demonstração dos propósitos continuistas dos seus eventuais sucessores. A figura de Salazar tem historicamente uma coloração totalmente negativa. Todos os esforços mistificadores, tendentes a apresentar o carrasco do Povo Português como um gênio tutelar da nacionalidade, devem portanto ser combatidos com a firmeza necessária. Os democratas portugueses não podem aceitar que o chefe do Estado fascista, forjador de inúmeros mitos venha a ser ele próprio, depois de morto, convertido pelos seus herdeiros em novo mito a ser utilizado instrumentalmente contra a Na-

ção. Salazar foi um criminoso e, como tal, deve ser recordado. O homem que desaparece não foi, como pretende a propaganda oficial, um grande estadista, um patriota, um restaurador da economia e das finanças, um bom católico. Tem de ser julgado pelos seus atos, pela sua obra. E esta reflete a imagem de um ditador cruel, responsável por uma infinidade de crimes.

III — Condenando assim toda a exploração sentimental feita em torno da figura de Salazar, os signatários responsabilizam o ditador por uma infinidade de crimes políticos, por sete anos de guerras coloniais em que já perderam a vida dezenas de milhar de africanos e portugueses, e pelo estado de decadência a que levou Portugal e que se exprime através da sua dramática herança:

Dois milhões de portugueses emigrados; 150.000 soldados envolvidos em três guerras coloniais; uma série de Resoluções (desrespeitadas) da Assembléia Geral e do Conselho de Segurança das Nações Unidas condenando uma política colonial criminosa; a expulsão de Portugal de numerosos organismos internacionais; uma economia arruinada; as riquezas pátrias nas mãos dos monopólios internacionais; uma rede de bases militares estrangeiras cobrindo o território nacional; 40% de analfabetos; inexistência de todas as liberdades fundamentais enunciadas na Declaração Universal dos Direitos do Homem; perseguições sistemáticas a membros da Igreja considerados indóceis; assassinio de presos e adversários políticos; a mais alta taxa de mortalidade infantil e de tuberculose da Europa e a mais baixa renda per capita; o mais perfeito aparelho de terror policial; a menor percentagem de população universitária e a mais alta de condenados políticos. Esta é a herança de Salazar e por ela a História o julgará!

IV — Na atmosfera de terror, de alienação das riquezas pá-

frias e de exploração do homem hoje dominante em Portugal, os herdeiros de Salazar iniciaram já a sua tentativa desesperada para manterem intactas as estruturas do Estado fascista. Mas não conseguirão atingir esse objetivo se as forças democráticas unirem os seus esforços e souberem enfrentar com a necessária decisão e um mínimo de organicidade as manobras divisionistas de um inimigo enfraquecido e minado por fortes contradições internas.

O fascismo é um só. Infelizmente, muitos democratas esquecem essa evidência. Receiam neste momento os signatários que certas forças políticas participem da convicção perigosa de que a morte de Salazar resolverá mágicamente os problemas de Portugal. Ora, a verdade é que o regime sobreviverá ao seu criador, até que as forças democráticas o destruam. Não haverá desagregação espontânea do fascismo. Precisamente por isso é uma perigosa ilusão admitir que os herdeiros de Salazar vão democratizar o País e que, portanto, o diálogo com eles seria uma prova de realismo. A colocação de uma parte das forças democráticas a reboque do fascismo, num momento em que se abrem magníficas perspectivas de luta, seria um desastre imenso e uma poderosa ajuda prestada aos homens que controlam a engrenagem opressora. A esperança gratuita de que os herdeiros de Salazar se mostrarão dispostos a servir de instrumento a uma política de compromisso a certos setores da Oposição representa, aos olhos dos democratas portugueses do Brasil, um perigo para o qual alertam as forças do Interior.

V — Pensam os signatários que o desaparecimento de Salazar, conferindo uma dramática premência aos esforços comuns pelo derrubamento do regime que ele simbolizava, tornam prematuros neste momento qualquer debate em volta de programas políticos relativos à futura reconstrução democrática de Portugal. Esse tipo de

diálogo, em vez de favorecer a unidade e de facilitar o aperfeiçoamento das tarefas organizativas viria abrir uma controvérsia de que o único beneficiário seria o Estado fascista.

Nessa conformidade, acham-se convictos de que a luta política do povo português atingirá rapidamente um alto nível se for travada em função de um mínimo de objetivos comuns a todos os partidos, gru-

(Continua na pág. 3)



DELGADO
uma das vítimas

42 ANOS DE FASCISMO

1. DADOS GERAIS

Superfície: 92.200 km². População em 1960 (último censo): nove milhões de habitantes. País essencialmente agrícola "graças" à recusa do governo ditatorial em fazer o menor esforço de industrialização; 45% da população trabalha na agricultura, com uma taxa global de atividade de 386 por mil habitantes, um dos índices mais baixos da Europa; o desemprego e o sub-emprego atingem proporções alarmantes. Dada a forte densidade demográfica — 99 habitantes por km² — assim como a importância do setor agrícola na economia portuguesa, poder-se-ia acreditar que a pequena propriedade é a regra geral. Muito pelo contrário, segundo os dados da EFTA (Associação Europeia de Livre Comércio) e da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico) 0,9% do número de proprietários possuem 51% da superfície total de terras cultiváveis. Neste regime de latifúndio, em que proliferam os assalariados rurais, o produto agrícola anual per capita é, segundo a EFTA, de 380 dólares, enquanto que a renda agrícola anual não passa dos 250 dólares por trabalhador ativo.

Para o conjunto do país, a renda por habitante era em 1963 de 263 dólares por ano. Uma comparação com outros países mostrar-nos-á o que significa este número: Suíça 1957 dólares; Espanha (em 1958) 456 dólares; Turquia 437 dólares. Desde há vários anos o nosso desenvolvimento nem sequer conseguiu acompanhar o ritmo dos nossos tradicionais companheiros de miséria, a Espanha e a Turquia.

Esta situação é explicada em grande parte pela política de malthusianismo económico do governo que levou à concentração, nas mãos de algumas famílias, de fortunas classificadas entre as maiores da Europa. Enquanto isso, as guerras coloniais em que o governo se envolveu a partir de 1960 custaram em 1967 a soma de 8 bilhões de escudos (cerca de 280 milhões de dólares), ou seja cerca de 50% do orçamento geral do Estado. A economia portuguesa, agonizante desde o

início das guerras coloniais, só se tem sustentado até hoje graças ao apoio de algumas potências estrangeiras, de empréstimos em dinheiro e armas que têm, como contrapartida, a concessão de exclusividade de comercialização ou de exploração de certos produtos ou recursos naturais, ou a instalação de bases militares estrangeiras em território português. Outra fonte de dinheiro é, evidentemente, a criação sucessiva de novos impostos (de luxo, de consumo, de transações, de defesa nacional, etc.), todos temporários e extraordinários, mas que, em vigor já desde há 5 ou 7 anos, ameaçam seriamente os orçamentos individuais e familiares dos trabalhadores, dos agricultores, dos funcionários e dos empregados médios.

2. NÍVEIS DE VIDA E DE CONSUMO

Se compararmos alguns índices de nível de vida em Portugal com os de outros países, veremos melhor a onde conduziu o corporativismo ditatorial acompanhado das guerras coloniais.

Falar de pobreza e de miséria é talvez muito vago; mas os números são bastantes eloquentes. Cada português consome anualmente em energia o equivalente a 405 kg de carvão (Espanha 855; Grécia 540; Suíça 1.961). Foi um fato comentado pela imprensa mundial que em Maio de 1967 o governo mandou construir estradas e instalar água corrente com urgência em Fátima, dadas as circunstâncias especiais do momento — visita do Papa! Inútil se torna falar das aldeias e de todas regiões de Portugal menos expostas "aos olhos dos estrangeiros e aos visitantes pouco oportunos".

O consumo de aço em 1965 foi de 74 kg por habitante por ano, contra 109 na Espanha e 682 na Suécia. Isto mostra bem o estado de industrialização do país. Mas se os dados sobre o consumo per capita nem sempre refletem a situação exata, podemos no entanto fazer uma ideia do que se passa num setor índice do nível de vida: a

habitação. De acordo com dados oficiais, cerca de 350.000 famílias necessitam urgentemente de novos alojamentos, dadas as condições de insalubridade e de insegurança em que vivem. Entre estas, 140.850 vivem num único cômodo em que cohabitam mais de 10 pessoas. Quanto ao conforto das habitações existentes, um fato apenas diz muito: 11.201 povoações de mais de 100 habitantes e 15.000 de menos de 100 não dispõem de água corrente; para o conjunto do país, 91,5% dos habitantes das zonas rurais não têm água corrente.

3. SAÚDE E ALIMENTAÇÃO

É neste capítulo que encontramos os dados e os índices mais significativos e menos equívocos. A situação é catastrófica, tratando-se dum país europeu, e atesta um atraso de mais de um século em comparação com os países geograficamente vizinhos. O regime alimentar de subnutrição à base de farináceos e tubérculos é a regra geral para a grande massa dos trabalhadores, rurais ou cidadãos. Cada português consome anualmente 26,3 l de leite, contra 59,6 na Espanha e 178,6 na Suíça. No que se refere à carne, a situação está

Número de habitantes por cada médico existente (1963-64)

Suécia	960
França	910
Espanha	820
Portugal	1.200
Angola	13.940
Moçambique	17.990
Mortalidade Infantil (1965)	

Por 1.000 h.

Suécia	13,3
França	22,0
Espanha	37,3
Portugal	64,9

Obs.: Crianças com menos de 1 ano
Fonte: Anuário Estatístico da ONU — 1966

próxima da Espanha (18,8 e 18,6 respectivamente), mas muito distante da Suíça (58,7 kg por ano). As deficiências alimentares são compensadas por excesso de batata, de centeio, milho e peixe salgado; este regime alimentar, descrito em termos muito gerais, é a causa da avitaminose generalizada, que assume feições endémicas, e de outras doenças semelhantes, como o escorbuto, o raquitismo, as doenças dentárias, etc. que proliferam no país. E não são esses os únicos problemas sanitários existentes. Com efeito, a taxa de mortalidade por tuberculose continua sendo a mais alta da Europa, comparável à dos países mais atrasados do 3.º mundo; a lepra, se bem que em proporção reduzida, existe ainda em 1968. Contra tal estado de coisas, o esforço governamental no domínio da assistência pública, da higiene e da medicina social preventiva, é absolutamente ineficaz e ilusório. A mortalidade infantil é de 88,8 por mil, contra 46,9 na Espanha, 39,8 na Grécia e 21,0 na Suíça; 76% dos partos dão-se sem qualquer espécie de assistência médica e, se olharmos a evolução registrada durante os últimos decênios, notaremos que os progressos são fracos, se não nulos.

O ENSINO

Alunos matriculados nos estabelecimentos de Ensino (Ano 1964-65)

	Suécia	França	Espanha	PORTUGAL
Popul. 1.000 hab.	7.734	48.922	31.704	9.199
Nível de ensino:				
Pré-escolar	66.200	1.691.631	—	10.350
Primário	828.007	5.602.303	3.762.729	894.195
Secundário	180.618	2.316.981	745.062	151.752
Técnico	202.095	743.225	278.101	155.350
Normal	7.040	36.246	47.524	3.168
Superior	62.222	455.111	111.133	32.115
Especial	39.363	90.957	10.066	844

Fonte: Anuário Estatístico da ONU — 1966

4. CULTURA E EDUCAÇÃO PÚBLICA

A fim de manter o país no estado de subdesenvolvimento e de desigual distribuição da renda, a fim de impedir toda a espécie de tomada de consciência e de protestos populares, foi necessária uma política de obscurantismo e de repressão cultural. O resultado é a percentagem de 44% de analfabetos em Portugal e de 99% nas colônias africanas de Angola, Moçambique e Guiné. A escolaridade obrigatória e gratuita foi fixada em 3 a 5 anos (a taxa mais baixa do mundo com a Mauritânia e o Laos), o que no entanto não impede que 30% das crianças entre 6 e 10 anos continuem a não aprender a ler. Com efeito, uma recente medida governamental isentou do ensino obrigatório as crianças que residam nas zonas onde não existem escolas! O ensino em geral continua a ser um privilégio dos muito ricos, uma vez que as taxas de matrícula são mais caras que na Suíça e, sobretudo, devido ao fato de a maior parte dos jovens em idade escolar serem obrigados a trabalhar.

Os índices respeitantes à vida cultural do país chegam a ter um aspecto anedótico senão trágico. Segundo a UNESCO e os anuários estatísticos portugueses, cada português vai três vezes por ano ao cinema, uma vez em cada onze anos ao teatro, e ao ballet, concertos e ópera uma vez em cada quarenta e trinta e cinco anos. No que se refere à edição de livros e à imprensa, a CENSURA é o organismo que determina o desenvolvimento e a produção culturais. Cada jornal precisa receber diariamente o visto da censura antes de sair a público. As penas para o delito de opinião e de expressão podem atingir vários anos de prisão e ter como efeito a interdição definitiva da publicação.

Frequência Anual de Cíntemas

	Total	Por
	(1.000)	habit.
Suécia (1963)	52.000	6,8
França (1964)	285.800	5,9
Espanha (1965)	435.200	13,8
Portugal (1965)	27.900	3,0

Fonte: Anuário Estatístico da ONU — 1966

5. TRABALHO

O trabalho, a indústria, o comércio e a agricultura, são inteiramente regulamentados pelos organismos corporativos que se ocupam não apenas dos aspectos económicos e produtivos, mas também dos aspectos sociais; qual é, em termos ge-

rais, o resultado desta doutrina corporativa, calcada no fascismo italiano? Segundo o código penal, os grevistas são passíveis duma pena de prisão de dois a oito anos, seguida de "medidas de segurança", quer dizer, prisão por um prazo indeterminado.

O direito de livre associação sindical foi totalmente abolido; os operários, os empregados, os patrões e as profissões liberais estão agrupados num mesmo organismo, a corporação. Esta reagrupa todos os organismos profissionais, inclusive os sindicatos, que perdem assim toda a autonomia. Com efeito, existe apenas um "Sindicato nacional" obrigatório, para cada profissão. As eleições para as direções dos sindicatos locais devem ser aprovadas pelo governo que, a maior parte das vezes, substitui os eleitos por uma Comissão administrativa.

Consumo de Aço Per Capita (1965)
Quilos por Ano

Suécia	682
França	331
Espanha	109
Portugal	74

Fonte: Anuário Estatístico da ONU — 1966

A maioria dos operários não tem qualquer defesa possível, podendo ser dispensados sem aviso prévio, não tendo qualquer possibilidade de tratar com os patrões os problemas que dizem respeito às duas partes: horários de trabalho, férias, assistência, etc. As condições de trabalho são deixadas ao acaso e à improvisação, não havendo qualquer regulamento legal do trabalho vigorando eficientemente. Apesar das proibições, são numerosas as crianças de 12 a 16 anos que trabalham como adultos, ganhando no entanto metade ou um terço do salário dos adultos; as mulheres grávidas têm apenas alguns dias de licença pagos (não a 100%) para o parto, sendo que uma grande parte delas não recebe esse benefício. Os acordos coletivos de trabalho, quando existem, duram em média 20 anos sem a menor alteração. Com um total de 53.298 aposentados e pensionistas da Previdência social, são gastos em média 380 escudos por pensionista e por mês (cerca de 13 dólares). As férias pagas são ainda do domínio da ficção: um regime progressivo atribui um certo número de horas de férias anuais pagas em função do número de anos na empresa, não passando o número total além de duas semanas; para chegar a ter 15 dias de férias,

(Continua na pág. 3)

O OBSCURANTISMO

Produção de livros por número de títulos

	1963	1964	1965
Suécia	5.503	6.602	6.666
França	11.478	13.479	21.351
Espanha	13.981	15.540	17.342
Portugal	5.643	5.728	5.639

Consumo de papel de jornal (Quilos per capita)

	1963	1964	1965
Suécia	23,2	25,7	32,2
França	10,6	11,3	11,1
Espanha	3,1	3,1	—
Portugal	2,8	2,7	3,5

Jornais — tiragem (exemplares por 1.000 hab.) — (Ano 1965)

Suécia	505
França	245
Espanha	153
Portugal	96

Filmes de longa metragem (Número de filmes produzidos)

	1963	1964	1965
Suécia	18	20	—
França	141	148	—
Espanha	94	108	135
Portugal	8	8	6

Fonte: Anuário Estatístico da ONU — 1966

Exilados, Deportados e Prêso



BISPO DO PORTO



PIRES JORGE



MARIO SOARES



JOSÉ BERNARDINO



LIGIA CALAPEZ

é preciso trabalhar dez anos na mesma empresa e nunca ter pedido licenças extraordinárias pagas.

De acordo com as estatísticas da ONU, Portugal é um dos raros países no mundo onde tem aumentado o número de horas de trabalho por semana: na indústria, de 43 horas em 1958, chega-se a 49,6 em 1965, e isto, paradoxalmente, corresponde a uma baixa do valor da produção por habitante ativo, durante o mesmo período.

Para completar este quadro sombrio, só falta acrescentar que as condições de trabalho a

Aparelhos de rádio (Ano 1965)	
Suécia	2.954.000
França	15.336.000
Espanha	4.550.000
Portugal	1.173.000
Televisores (Ano 1965)	
Suécia	2.085.000
França	6.399.000
Espanha	1.750.000
Portugal	180.000

Fonte: Anuário Estatístico da ONU — 1966

que acima nos referimos dizem respeito apenas à indústria; na agricultura não existe qualquer regime legal e a legislação do trabalho ignora totalmente este setor de atividade. Os trabalhadores estão assim inteiramente sujeitos às leis da oferta, às condições climáticas e às imposições salariais dos patrões, não existe praticamente possibilidade de assinar contratos de trabalho na agricultura, sejam coletivos ou individuais.

6. AS COLÓNIAS

Apesar dos compromissos internacionais, e por causa da sua ambiguidade, Salazar conseguiu manter Portugal fora do último conflito mundial. Esse fato tornou-se, para o regime, o motivo predileto na sua propaganda interna e externa. A paz (que o povo português chama a "paz podre") e as finanças sãs foram os leitmotiv mais propagandeados e que rapidamente se converteram em mitos para os países estrangeiros (para Salazar, "finanças sãs" quer simplesmente dizer "paridade internacional do escudo" e não

tem nada a ver com a situação sócio-económica). Mas, desde 1960, esta "paz" transformou-se em "guerra podre". Efetivamente, de três a sete anos para cá, segundo os casos, o exército português, de 150.000 soldados, bate-se em várias frentes: Angola, Moçambique e Guiné. Porque motivo se rebelaram os povos destas colónias? Para responder, basta observar os fatos.

Além da dominação colonial e repressiva exercida por Portugal, outros fatores agravavam a situação. O sistema colonial português é baseado na noção de "assimilado". Legalmente, nenhuma discriminação racial é possível. Porém, os direitos do homem aumentam com as suas aptidões. Só a elite, e sob a condição de ela apoiar o regime, beneficia da plenitude dos direitos. Ora, apenas uma parte ínfima da população negra das colónias portuguesas dispõe da possibilidade de se instruir. As estatísticas oficiais não escondem o fato; de acordo com os Anuários Estatísticos, as percentagens de analfabetos variam, em todas as colónias, entre 90 e 99,6% (esta última percentagem em Angola). Alguns anos atrás, um inquérito da UNESCO mostrou que Portugal era de todos os países coloniais o que gastava menos para instruir a população africana. Acrescente-se que atualmente é o que gasta mais em guerras coloniais.

Em Angola, pode-se avaliar em 400.000 brancos, 50.000 mestiços e 30.000 negros a população de "assimilados" ou civilizados; de outro lado, 4.500.000 negros ditos "não civilizados". Que se pode dizer mais? As taxas mais altas do mundo de doença, subalimentação, mortalidade infantil? Ou as mais baixas de escolarização, de consumo de proteínas animais, e de nível de salários? Ou então as atrocidades da guerra colonial onde algumas centenas de milhares de pessoas já perderam a vida "graças" ao napalm, aos bombardeamentos sistemáticos da população civil e à estratégia de terra queimada?...

... Durante 42 anos de estabilidade política (assegurada por um enorme aparelho repressivo e por uma polícia todo-poderosa), o sistema não fez o país progredir. O único progresso foi o da miséria, da injustiça e da repressão que colocou Portugal à margem da Europa e à margem da civilização.

Balanço dos Julgamentos e Condenações por motivos Políticos

Depois de 1926 mais de 56.000 condenações por delito de opinião foram pronunciadas.

— Condenações por crimes contra a segurança do Estado

De 1937 a 1941: 4.727 pessoas, ou seja 129 em 100.000 habitantes;

De 1956 a 1960: 21.974 pessoas, ou seja 477 em 100.000 habitantes;

De 1960 a 1964: Total de julgamentos: 129.

Número de pessoas julgadas: 698.

CONDENAÇÕES:

196 condenações a prisão maior e medidas de segurança perfazendo o total de 588 anos e 4 meses;

10 condenações a prisão correccional e medidas de segurança, no total de 12 anos e 6 meses;

360 condenações a penas correccionais, sem medidas de segurança, perfazendo o total de 439 anos de prisão;

24 condenações a prisão maior, sem medidas de segurança, num total de 454 anos; 22 processos arquivados.

As condenações, só neste período entre 1960 e 1964, totalizam 2.099 anos e 10 meses de prisão.

O Desaparecimento de Salazar

(Continuação da 1.ª pág.)

pos, correntes e personalidades democráticas. Concretamente, pensam que o combate atual deve visar a exigência da constituição de um governo provisório que se comprometa a:

A) Decretar uma imediata anistia que abranja a totalidade dos presos, perseguidos e exilados políticos;

B) Garantir o mais rigoroso respeito pelos direitos constantes da Declaração Universal dos Direitos do Homem da Carta das Nações Unidas. Qualquer restrição ao restabelecimento em Portugal do direito de reunião, do direito de associação — traduzido na formação e funcionamento legal dos sindicatos e partidos políticos — e do direito à liberdade de expressão é encarada pelos signatários como inaceitável num contexto democrático.

C) Reconhecer imediatamente o direito à autodeterminação e à independência dos povos das colónias portuguesas.

A aceitação dessas preliminares por um governo provisório criaria as condições indispensáveis à destruição das estruturas do fascismo da qual se partiria então, através do diálogo entre todas as forças democráticas emergentes, para a reconstrução, em bases democráticas, do Estado e da Nação.

VI — Proclamaram sempre os signatários a sua inabalável convicção de que as ações unitárias de fôdas as forças políticas democráticas poderão levar à vitória o Povo Português no combate que trava pela Democracia. No momento em que Salazar desaparece, mas o Estado fascista sobrevive, sentem-se os democratas portugueses do Brasil no dever de lembrar a necessidade urgente da convocação de uma Conferência Magna da Oposição em que sejam debatidos fraternalmente os problemas postos pela luta contra o inimigo comum, aprovada uma plataforma política unitária e tomadas as decisões que transformem numa realidade política atuante a coligação de forças democráticas tão desejada pelo povo de Portugal.

VII — Manifestam os signatários a sua certeza no resultado vitorioso do combate heróico travado pelo povo português e reafirmam a sua convicção de que a participação das massas na luta será decisiva para a vitória final contra o fascismo. O confronto entre as forças populares — a classe operária, os camponeses, os estudantes, os intelectuais progressistas e os soldados e marinheiros revolucionários — e a oligarquia monopolista, policial e colonialista que oprime Portugal é uma necessidade histórica. Dêle sairá a destruição do

fascismo e a reconstrução democrática de Portugal.

Brasil, 18 de Setembro de 1968

aa) Ruy Luis Gomes, ex-candidato à Presidência da República — pelo CENTRO REPUBLICANO PORTUGUES; Carlos Assumpção Neves, industrial; Alexandre Pereira, comerciário; Fernando Ramos, técnico em eletricidade; Manuel Rodrigues da Silva, viajante; Manuel Soares, operário; Alfredo Masson, técnico industrial; Juvenal de Oliveira, escriturário; Joaquim José, industrial; Mario de Oliveira, vendedor e Francisco dos Santos Gomes, comerciante — pelo jornal PORTUGAL DEMOCRÁTICO; Augusto Aragão, auditor; Joaquim Barradas de Carvalho, professor universitário; Manuel Moura, técnico industrial; Helder Costa, publicitário; Miguel Urbano Rodrigues, jornalista; Vitor Ramos, professor universitário e Francisco Vidal, jornalista — pela UNIDADE DEMOCRÁTICA PORTUGUESA; José Mário Bodas, operário; Mário Henrique Leiria, poeta; Joaquim Quitério, contabilista; Manuel Rocheta, guarda-livros; Maria Sofia César, estudante; Júlio Pereira, vendedor; Mário Tavares, tecelão; Humberto Silva, operário; José Martins, industrial; Maria Irolinda Jesus Roque, doméstica e Augusto Vasconcelos, estudante — pelos DEMOCRATAS PORTUGUESES DO RIO DE JANEIRO; Francisco de Oliveira Pio, oficial do Exército; Eugénio Mercês, comerciante; José da Costa Bastos, operário; Jaime Sabino, empregado de escritório; Manuel Lourenço Neto, industrial; Amílcar Mercês, comerciante e Pedro Marques, oficial do Exército — pelos DEMOCRATAS PORTUGUESES DO RECIFE; José Morgado, professor universitário e Angelo Ferreira da Silva, comerciante.

"As ditaduras não me parecem ser hoje um parêntese dum regime, porque elas são um regime em si mesmas..."
"Não creio no sufrágio universal, porque não leva em conta as diferenças sociais; também não creio na igualdade, creio na hierarquia".

Salazar

Portugueses da América dirigem-se á XXIII Assembleia Geral das Nações Unidas

A dramática situação criada ao povo português pelas três guerras coloniais desencadeadas pelo fascismo salazarista, levou as organizações e personalidades democráticas portuguesas de seis países americanos — Canadá, Estados Unidos, Venezuela, Brasil, Uruguai e Argentina — a dirigir à XXIII Assembleia Geral da ONU, o seguinte memorial:

1. — O povo português, submetido há 42 anos a uma ditadura fascista que o priva de exercício dos direitos e liberdades fundamentais definidos pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, continua impedido de manifestar perante os organismos internacionais o seu repúdio pela política de

guerra e genocídio praticada em África pelo governo que o oprime.

2. — A oposição do povo português à guerra colonial em que, contra sua vontade, se acha envolvido há sete anos, exprime-se através de uma série de fatos amplamente reve-

lados pela imprensa internacional. A Comissão de Descolonização das Nações Unidas teve já oportunidade de ouvir e registrar os depoimentos de numerosos oficiais e soldados que desertaram do Exército Português e narraram pormenorizadamente o tipo de crimes que pretendiam forçá-los a cometer. Por outro lado, todas as forças políticas democráticas de Portugal têm condenado a política colonial do governo de Salazar. O aumento alarmante da emigração — de 11 milhões de portugueses, dois vivem hoje no Exterior — é também uma consequência do horror que os jovens manifestam pela guerra colonial.

3. — Existe hoje uma documentação ampla e irresponsável sobre os crimes de guerra praticados pelo fascismo português em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Publicações sobre as monstruosidades perpetradas em Angola e na Guiné circulam por todo o mundo, com os nomes dos responsáveis, descrição dos fatos e as datas respectivas. Cinegrafistas de várias nacionalidades filmaram também as cenas de devastação nos campos e aldeias bombardeadas ou incendiadas pelas forças armadas salazaristas. No Norte de Moçambique, especialmente, populações inteiras sucumbiram de inanição, em hecatombes semelhantes às de Biafra, em consequência da completa destruição dos seus meios de subsistência pelo Exército de ocupação colonial.

4. — O Governo de Salazar continua desenvolvendo em África, de modo sistemático, uma política que representa uma ameaça à Paz Mundial. As violações de fronteiras praticadas pelas tropas portuguesas são constantes e acompanhadas de atos de agressão contra populações indefesas, como o provam numerosas queixas apresentadas pelas Repúblicas fronteiriças de Angola, da Guiné e de Moçambique. A intervenção do governo de Salazar nos assuntos internos das Repúblicas da Nigéria e do Congo-Kinshasa acha-se documentada em denúncias apresentadas por aqueles países à Organização das Nações Unidas, tendo a última sido oficialmente reconhecida por esse alto organismo internacional.

5. — Apesar dos métodos inhumanos empregados na sua campanha de genocídio, o governo da ditadura portuguesa está perdendo as três guerras coloniais por ele desencadeadas. Na Guiné-Bissau dois terços do território foram libertados pelo Exército de Libertação do Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde. Em Angola uma área de 400.000 km², no Sudeste da grande colônia, encontra-se sob controle dos patriotas do Movimento Popular de Libertação de Angola. Finalmente, em Moçambique, vastas regiões das Províncias do Niassa e do Cabo Delgado estão nas mãos dos elementos da Frente de Libertação de Moçambique, que acaba de abrir uma nova frente de combate na província de

Tete. Uma situação inteiramente nova se delinea assim nas colônias portuguesas.

6. — Desrespeitando as Resoluções do Conselho de Segurança de 31 de Julho e de 12 de Dezembro de 1963 e as Resoluções da Assembleia Geral de 21 de Dezembro de 1965 e de 17 de Novembro de 1967, vários governos continuam sustentando a escalada de guerra do governo fascista de Salazar, comprometendo gravemente as esperanças do restabelecimento da Paz em África.

Ante os fatos expostos, os signatários, democratas portugueses radicados no Continente Americano, renovam o seu apoio às Resoluções supracitadas do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral. E para que os altos objetivos por elas visados, e principalmente o imediato acesso à independência dos territórios que Portugal administra em África sejam atingidos, sugerem:

a) Que a Assembleia Geral, como primeiro passo para o restabelecimento da paz em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, exija do Governo de Salazar a imediata retirada dos exércitos que mantém naqueles três países e que constituem hoje a mais numerosa força militar na África ao Sul do Sahara, com um efetivo de 150.000 homens;

b) Que a Assembleia Geral condene severamente a intervenção do governo de Lisboa nos negócios internos das Repúblicas do Congo-Kinshasa e da Nigéria;

c) Que a Assembleia Geral tome na devida consideração o fato de uma grande parte da superfície das três maiores colônias portuguesas se acharem já libertadas pelos movimentos nacionalistas em luta contra o colonialismo português;

d) Que a Assembleia Geral dirija nova advertência aos países que sustentam o esforço de guerra do fascismo português e particularmente à República Federal Alemã, que assinou com o governo de Lisboa acordos especiais relacionados com a existência da guerra colonial.

e) Que a Assembleia Geral adote as medidas necessárias para que, de acordo com o recomendado pela sua Resolução de 17 de Novembro de 1967, sejam aplicadas ao governo de Salazar sanções, em consequência da sua recusa em reconhecer a independência das nações africanas que vem oprimindo e ocupando contra o determinado pelo Conselho de Segurança e por essa mesma Assembleia.

20 de Setembro de 1968

BRASIL:

O documento foi assinado pelo Professor Ruy Luis Gomes, candidato à Presidência da República e pelos democratas que firmam o manifesto ao Povo Português que publicamos na primeira página.

VENEZUELA

Pela JUNTA PATRIÓTICA PORTUGUESA: António Gomes da Silva, José Costa Lopes, Fernando Natividade, Martinho Silva, António Martins e Godo Lopes.

CANADÁ

TORONTO:

Pela PORTUGUESE CANADIAN DEMOCRATIC ASSOCIATION: José Perdígão, José Godinho, Júlio Ricardo Félix, Carlos Pinto, Fátima Pinto, Mário Soares, Francisco Gregório, Maria Bernardo, Didimo Godinho, Adozinda Godinho, Maria Conceição, Almerinda Godinho, José Correia, Frank Pinto, Maria Alves, Faustina Banza, Joaquim Alves, Tony Godinho, António Estêvão, António Ribeiro, Eurico Delgado Nunes e José Alves.

MONTREAL:

Amélio dos Santos, Amélia dos Santos, Júlio M. da Silva, Custódio Carrusca, Alberto Martins, José das Neves Rodrigues, Jaime Sampaio, Domingos Gomes, Eusébio Tavares, António Brás, Joaquim Domingos Maria, Gilberto Gomes Gírio, José Mateus, Manuel Barreira da Costa, Luís Barbosa, António Paulino, Cunha Viana, António Lourenço, Sebastião Pereira, José Cadete, António L. Petulante, António Cadete e Moisés da Silva.

ESTADOS UNIDOS

Pelos DEMOCRATAS PORTUGUESES DOS ESTADOS UNIDOS: Francisco Aleixo, Ana Melo, Sérgio Melo e Margarida Aleixo.

ARGENTINA

Pelos DEMOCRATAS PORTUGUESES DE MAR DEL PLATA: José de Jesus Pina.

URUGUAI

Pela JUNTA PATRIÓTICA PORTUGUESA: Joaquim Aires, Bernardino Marques do Vale, João de Oliveira Branco, António Silva, Luís Panasco, Joaquim Lopes Mendes e Aurélio Martins.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura

REDAÇÃO:

Rua Conselheiro Furtado, 191

Sala 2 — Tel.: 37-0933 —

São Paulo

Caixa Postal 6248

Composto na
Editora ESCRITOS Limitada

Rua Almeida Torres, 119 — S. P.

EXPEDIENTE:

Dias úteis: das 19 às 22 horas

Sábados: das 15 às 19 horas

Número avulso NCr\$ 0,20

Assinatura anual NCr\$ 3,90

ANO XII — N.º 133 — SETEMBRO/1968

Pela Unidade de Ação

No momento em que a figura de Salazar sai do panorama político, é dever dos democratas portugueses meditar sobre os problemas que este acontecimento coloca à nossa pátria. Esta hora, de intensa expectativa, deve ser marcada, acima de tudo, pela nossa capacidade ofensiva, que nos permita dominar a situação e encaminhar finalmente o país para a legalidade democrática de que o fascismo o afastou.

Desapareceu afinal da cena o ator central do drama, doloroso, sangrento e cruel, que se vem representando em Portugal há mais de 40 anos. Não esqueçamos, entretanto, que o palco ainda está ocupado pelos seus parceiros, aqueles que, tendo-o acompanhado nos crimes que praticou, procuram agora apoderar-se do papel principal. As forças democráticas enfrentam portanto neste instante crucial para o nosso país, duas tarefas fundamentais: em primeiro lugar, a de denunciar todas as tentativas de exploração sentimental que fatalmente surgirão em torno de uma figura que, devemos repeti-lo incansavelmente e de números na mão, levou o nosso país à miséria e à fome, o envolveu numa criminoso guerra colonial, o manteve no nível mais atrasado da Europa, material e culturalmente.

Este trabalho de esclarecimento terá de ser acompanhado por um brado de alerta contra todas as tentativas de acomodação com os sucessores de Salazar. O homem mudou, mas a estrutura por ele montada e que lhe permitiu dominar e esmagar os anseios de um povo de nove milhões, está de pé, intacta. Recordemos, a todos, que estão de pé os monopólios, que detêm na verdade todo o poder e asfixiam à nascença qualquer possibilidade de reorganização em bases saudáveis da economia nacional. Lembremos, a quem queira esquecê-lo, que está de pé o Exército, totalmente corrompido nos mais altos escalões, e temeroso que aflorem à luz do dia e venham a ser julgados pela opinião pública nacional e internacional, os crimes da guerra de extermínio que está sendo conduzida contra povos africanos. Não deixemos sair da lembrança de ninguém que está de pé a Polícia Política, pronta para continuar a assassinar, a torturar, a manter presos sem culpa formada, os melhores filhos de Portugal.

Com toda esta máquina em condições de funcionamento, exatamente como antes, não podem os democratas portugueses admitir que se pense em conciliábulos de gabinete, em soluções de cúpula, em tentativas de conciliação. Não vão faltar agora, estamos certos disso, as promessas de liberalização do regime, para atrair os incautos, ou os que já nasceram para ser atraídos. O canto da sereia, a que alguns já antes tinham prestado ouvido atento, vai agora certamente redobrar de intensidade. Mas não merecerá o honroso nome de democrata português quem se disponha a escutá-lo, sabendo que o Exército de África se mantém atuante, como joguete dos monopólios, sabendo que a PIDE continua a sua sinistra tarefa, sabendo que, do velho e apodrecido edifício, só a fachada mudou.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO, com a autoridade que lhe confere o fato de ser o mais antigo jornal anti-salazarista legal que se publica no mundo, recorda esta verdade que sempre norteou o seu trabalho: afastado Salazar, coloca-se perante nós a imensa tarefa de acabar com o salazarismo.

O fenómeno político português, como sempre dissemos em doze anos de atuação, é demasiado complexo para se resolver pela eliminação pura e simples de um homem. Agora, que ela se verificou, novos combates esperam os democratas portugueses, se quiserem, com honestidade de propósitos, colocar finalmente o nosso país no caminho da democracia e da liberdade, eliminando para sempre os últimos resquícios do fascismo que levou Portugal ao mais baixo degrau da sua história.

Para isso, mais do que nunca se torna necessária uma unidade de objetivos e de ação que, deixando todos livres para agirem dentro dos seus credos políticos, impeça quaisquer tentações de conciliação ou acordo com os remanescentes do fascismo e mantenha todos firmes na luta para derrubar um inimigo que, embora tenha perdido o principal chefe, continua de pé, desafiando os patriotas portugueses.